



onde se lê: "... com fundamento legal no artigo 40, inciso III, alínea c da Constituição Federal/88, complementado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº. 20/98; com proventos mensais proporcionais correspondentes a 29/30(vinte e nove trinta avos)..."  
leia-se: "... com fundamento legal no artigo 8º, § 1º da Emenda Constitucional nº. 20/98, com proventos mensais proporcionais correspondentes a 95%(noventa e cinco por cento) ..."

### DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS

#### PORTARIA Nº 70, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Portaria nº 762 de 11/10/2000, publicada no DOU de 13/10/2000 e Portaria/GM/MTE nº 06 de 07/01/2003, publicada no DOU de 09/01/2003, tendo em vista o Processo nº 46201.001144/2004-50, Resolve:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARTHA CAVALCANTI LEAO DA FONSECA, Auditora Fiscal do Trabalho-Legislação, SIAPE Nº 1186249 como PREGOEIRA no PREGAO nº 02/2004.

Art. 2º. A Equipe de Apoio constará dos seguintes Servidores: DENISE MARIA MARTINS COSTA SAMPAIO, Agente Administrativo, SIAPE nº 751959 e JOSIAS JACINTO BRANCO, Agente Administrativo, SIAPE nº 258602.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO COELHO DE BARROS

### DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NA BAHIA

#### PORTARIA Nº 52, DE 13 DE ABRIL DE 2004

O DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO BAHIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria Ministerial n.º 763 de 11/10/2000, publicada no DOU de 13/10/2000, resolve:

Conceder aposentadoria a servidora CECILIA OLIVEIRA RODRIGUES DE MELO, matrícula SIAPE n.º 0245326, ocupante do cargo de Auditor Fiscal do Trabalho - Legislação do Trabalho, Classe S, Padrão IV, do quadro permanente desta Delegacia, com fundamento no artigo 40, inciso I da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 186, inciso I, da Lei 8.112/90, com proventos proporcionais ao tempo de serviço 26/30 (vinte e seis, trinta avos), conforme processo 46204.001585/2004-21.

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

### DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARÁ

#### PORTARIA Nº 3, DE 13 DE ABRIL DE 2004

A DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias Ministeriais n.º 115, de 17/02/03, publicada no DOU n.º 35 de 18/02/03, e n.º 763, de 11/10/00, publicada no DOU n.º 198 de 13/10/00, Resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária à servidora MARIA ZULEIDE DOS REIS MORAIS, ocupante do Cargo de Economista matrícula SIAPE nº 1011923, classe "S" padrão III, do Quadro Permanente deste Ministério do Trabalho, com fundamento no Art. 40, item III, letra "a" da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pelo Art. 8º da Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1988 e Art 186, item III, letra "a" da Lei 8112/90;

DECLARAR vago o cargo ocupado pela servidora, em decorrência desta aposentadoria. (Proc: 46222.001991/2004-76).

MARIA DO SOCORRO GOMES COELHO

### DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 49, de 24 de março de 2004, publicado no DOU de 01-04-2004, pág. 38, Seção II, Onde se lê "... portaria de aposentadoria nº 5/90", leia-se "... portaria de aposentadoria nº 53/90" e onde se lê "... Matrícula nº 247182" Leia-se "Matrícula nº 247162".

### DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

#### PORTARIA Nº 3, DE 25 DE MARÇO DE 2004

A DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o art. 1º, item I, da Portaria Ministerial nº 266, de 12/02/93, publicada no D.O.U., de 12/02/93, resolve:

1. Conceder Aposentadoria compulsória de acordo com o art. 40, II CF/88 c/c art. 186, II da Lei 8.112/90 com a redação da Lei 9527/97 amparada pela E.C n.º 41, de 19/12/03 - DOU de 31/12/2003 ao servidor ADOLPHO GUILHERME SCHLEE, matrícula SIAPE n.º 0257567, Assistente Sindical, Classe S, Padrão III do Quadro Permanente deste Ministério, com proventos proporcionais da mesma classe e padrão.(processo n.º 46218.005734/2004-72).

2. Declaro vago o cargo acima.

NEUSA MARIA DE AZEVEDO

## Ministério do Turismo

### GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 16 de abril de 2004

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, alterado pelo Decreto nº 3.025 de 12 de abril de 1999, autoriza o Afastamento do País, com ônus, incluindo trânsito, no período de 20 a 27 de abril de 2004, da servidora NADJA MARIA MEHMERI LORDÉLO, Auditora Chefe do EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, Código DAS 101.4, para proceder auditoria no Evento SITC - "Salão Internacional de Turismo da Catalunha", na cidade de Barcelona/Espanha.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, alterado pelo Decreto nº 3.025 de 12 de abril de 1999, autoriza o Afastamento do País, com ônus, incluindo trânsito, no período de 27 de abril a 02 de maio de 2004, da Servidora VANIZA LIMA SCHULER, Coordenadora-Geral de Turismo de Eventos do EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, Código DAS 101.4, para coordenar a participação do Brasil e apresentar o destino como sede do Congresso Interamericano da Câmara Júnior Internacional em maio de 2004 na cidade de São Paulo, a realizar-se na cidade de Guayaquil/Equador.

WALFRIDO DOS MARES GUIA

### SECRETARIA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

#### PORTARIA Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2004(\*)

A SECRETÁRIA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria SEMTur nº 9, de 30 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Assessor da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, ROBERTO COELHO FLÁUSINO, Matrícula SIAPE nº 0452347, na qualidade de Titular e ao Gerente de Projeto do Departamento de Financiamento e Promoção de Investimentos do Turismo, JOÃO PINTO RABELO, Matrícula SIAPE nº 1375430, na qualidade de Substituto, para praticar atos de gestão orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial, necessários à execução das atividades inerentes à Unidade Gestora 187002 - FUNGETUR/MTUR, inclusive ordenar despesas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL

(\*) Republicada por ter saído com incorreções no D.O.U. de 14/4/2004, Seção 2, página 24 e 25.

## Ministério dos Transportes

### GABINETE DO MINISTRO

#### RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de 15 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União nº 73 de 16 de abril de 2004, Seção 2, página 35, onde se lê: FERMINIANO YARZON, leia-se FERMIANO YARZON

### SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria/CGRH nº 1.405, de 19 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2002, onde se lê, "... data do óbito do ex-servidor..." leia-se, "...data do requerimento da pensão ( habilitação tardia )..." (Processo n.º 50.000.010.599/2001-57) CE;

Na Portaria/CGRH nº 122, de 18 de fevereiro de 2000, publicada no Diário Oficial da União 21 de fevereiro de 2000, onde se lê, "... MARIA BARBARA CERQUEIRA..." leia-se, "...JUNIA BARBARA CERQUEIRA ..." (Processo n.º 29.000.029.960/91-44) RJ;

Na Portaria/CGRH nº 0528, de 30 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União 02 de abril de 2004, onde se lê, "... Auxiliar Operacional de Serviços Diversos..." leia-se, "...Cabo Foguista (Mercante) ..." (Processo n.º 50.000.059.986/2002-72) RJ;

Na Portaria/CGRH nº 3.633, de 23 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 01 de dezembro de 2003, onde se lê, "... data do requerimento (habilitação Tardia), observada a prescrição quinquenal..." leia-se, "...data do requerimento (habilitação tardia) ..." (Processo n.º 50.000.010.591/99-79) RJ;

Na Portaria/CGRH nº 762, de 14 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União 15 de maio de 2001, onde se lê, "... a partir de 14 de dezembro de 1999, data do requerimento..." leia-se, "...a partir da data do óbito do ex-servidor..." (Processo n.º 50.770.002.741/94-63) RJ;

Na Portaria/CGRH nº 4.380 de 22 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 30 de dezembro de 2003, onde se lê, "... a partir de 01 de janeiro de 1991, data do efeito financeiro da Lei 8.112/90..." leia-se, "...a partir da data do óbito do ex-servidor..." (Processo n.º 20.000.006733/87-07) RJ ;

Na Portaria/CGRH nº 551 DE 22 de fevereiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 07 de março de 2003, onde se lê, "... no valor de 33% (trinta e três por cento do provento integral..." leia-se, "...no valor 50% (cinquenta por cento) do provento integral ..." (Processo n.º 50.000.006.127/2001-08) BA ;

Na Portaria/CGRH nº 552 DE 22 de fevereiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 07 de março de 2003, onde se lê, "... no valor de 33% (trinta e três por cento do provento integral..." leia-se, "...no valor de 25% (vinte e Cinco por cento) do provento integral ..." (Processo n.º 50.000.006.127/2001-08) BA ;

Na Portaria/CGRH nº 553 DE 22 de fevereiro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 07 de março de 2003, onde se lê, "... no valor de 33% (trinta e três por cento do provento integral..." leia-se, "...no valor de 25% (vinte e Cinco por cento) do provento integral ..." (Processo n.º 50.000.006.127/2001-08) BA ;

Na Portaria/CGRH nº 3.295 de 09 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 10 de outubro de 2003, onde se lê, "... a partir da data do óbito do ex-servidor..." leia-se, "...a partir da data do requerimento..." (Processo n.º 50.000.006.107/2001-29) RJ ;

Na Portaria/CGRH nº 3.296 de 09 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 10 de outubro de 2003, onde se lê, "... a partir da data do óbito do ex-servidor..." leia-se, "...a partir da data do laudo médico..." (Processo n.º 50.000.004.378/2000-83) PE ;

Na Portaria/CGRH nº 3.631 de 23 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União 01 de dezembro de 2003, onde se lê, "... a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8.112/90..." leia-se, "...a partir de 20 de janeiro de 2001, data do requerimento (habilitação tardia), observada a prescrição quinquenal..." (Processo n.º 50.000.074.710/2002-14)CE ;

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

#### DELIBERAÇÃO Nº 89, DE 14 DE ABRIL DE 2004

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório DG - 024/2004, de 13 de abril de 2004, DELIBERA:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país, com ônus a esta Agência, no período de 05 a 08 de maio de 2004, incluindo trânsito, dos servidores Noboru Ofugi, Diretor, e Francisco de Paula Magalhães Gomes, Chefe da Assessoria Técnica e de Relações Internacionais, para compor a delegação brasileira que participará da Reunião Tripartite Brasil/Argentina/Chile, na cidade de Santiago - Chile, com o objetivo de definir a participação da Argentina no tráfego bilateral Brasil/Chile.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE

## Ministério Público da União

### ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

#### PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista os termos da Portaria PGR nº 588, de 03 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. Seção I, de 05 subsequente, e tendo em vista o contido no Ofício nº 165 PRMG/GAB, do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, resolve:

Nº 220 - Art. 1º Revogar a Portaria PGR nº de 168, de 1º de abril de 2004, publicada no DOU, Seção II, pág. 30, de 05 subsequente, que designou o Procurador da República FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO para exercer, temporariamente, a função de Procurador Regional Eleitoral da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Designar o Procurador Regional da República JOSÉ CARLOS PIMENTA e o Procurador da República FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO para exercerem, respectivamente, as funções de Procurador Regional Eleitoral e Procurador Regional Eleitoral Substituto junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais, até que haja a conclusão do processo eleitoral em curso naquele órgão ministerial.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos da Portaria PGR nº 588, de 03 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. Seção I, de 05 subsequente, e o contido no Ofício nº 164 PRMG/GAB, de 12 de abril de 2004, do ilustre Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, resolve:

Nº 221 - Nomear, no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, Comissão Eleitoral e Apuradora integrada pelos Procuradores da República RODRIGO LEITE PRADO, ISABELA DE HOLANDA CAVALCANTI e ADALTON RAMOS DO NASCIMENTO para, sob a presidência do primeiro, dirigir as eleições relativas à escolha do Procurador Regional Eleitoral, titular e substituto.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, nos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo MPF nº 1.00.000.003067/2004-82, resolve

Nº 223 - Nomear ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO, Bacharela em Direito, aprovada em 14º lugar no 9º concurso público de provas e títulos para a Carreira do Ministério Público Militar, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Promotor da Justiça Militar, em vaga criada pela Lei nº 8.975/95.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista os termos da Portaria PGR nº 588, de 03 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. Seção I, de 05 subsequente, e tendo em vista o contido no Ofício PR/GO nº 1464, da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, resolve:

Nº 224 - Art. 1º Dispensar, a pedido, o Procurador da República HELIO TELHO CORRÊA FILHO da função de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Goiás, e a Procuradora da República LÍVIA NASCIMENTO TÍNOCO da função de Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão Substituta, em virtude de sua remoção, a pedido, para a Procuradoria da República no Distrito Federal, efetivada pela Portaria PGR nº 184, de 26 de fevereiro de 2004, publicada no DJ, Seção I, pág. 13, de 08 subsequente.

Art. 2º Designar os Procuradores da República CLÁUDIO DREWES JOSÉ DE SIQUEIRA e PAULO JOSÉ ROCHA JÚNIOR para exercerem, por 2 (dois) anos, respectivamente, as referidas funções.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

#### PORTARIA Nº 227 DE 16 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a manifestação do Egrégio CSMPP na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 6-4-2004 (Processo CSMPP nº 1.00.001.000037/2004-12), e o que consta do Ofício nº 2004.3168/2004, resolve:

Autorizar, em caráter excepcional, o Procurador Regional da República GUILHERME ZANINA SCHELB, lotado na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, e o Procurador Regional da República MARLON ALBERTO WEICHERT, lotado na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia 5 de abril de 2004, praticar os atos necessários ao encaminhamento dos procedimentos enumerados no ofício acima aos membros que doravante neles atuarão.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

#### PORTARIA Nº 22, DE 12 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 737, de 26 de novembro de 2003, resolve:

Designar o Procurador Regional da República Dr. EDUARDO KURTZ LORENZONI para responder pela chefia da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, no período de 14 a 16 de abril de 2004, tendo em vista a ausência da Titular e da Substituta Eventual.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

#### PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

##### PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 358, de 02 de junho de 1998, publicada no D.O.U. de 09 de junho de 1998, resolve:

Nº 20 - Designar ANA PAULA MACEDO DINIZ, matrícula nº 05099-7, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC - 20100, para exercer a função de Secretário de Procurador, FC - 02, junto ao Gabinete do Dr.IVALDO OLÍMPIO DE LIMA, dispensando-a, em consequência, da função de Secretário de Procurador, FC - 02, junto ao Gabinete do Dr. Miécio Oscar Uchôa Cavalcanti Filho, da Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

Nº 21 - Designar VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA, matrícula nº 07863-8, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC 20100, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Procurador, FC-02, junto ao Gabinete do Dr. Fernando José Araújo Ferreira, da Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

IVALDO OLÍMPIO DE LIMA

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

##### PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Nº 32 - Dispensar o servidor LUIZ FERNANDO PELEGRINELLI, matrícula 4050-9, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC 201-00, Classe C, Padrão 15, da Função de Secretário Administrativo, Código FC-01, do Gabinete da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Nº 33 - Designar o servidor OSMAR RODRIGUES RÉGIS, matrícula 7690-2, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC 201-00, Classe A, Padrão 03, para exercer a Função de Secretário Administrativo, Código FC-01, do Gabinete da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA

#### PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ

##### PORTARIA Nº 16, DE 13 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR DA REPÚBLICA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Dispensar o servidor DORIVAL DA ROCHA NETO, Técnico Administrativo, matrícula 3070-8, TC. 201.00, Classe C, Padrão 15, do cargo de Secretário Administrativo, FC 02, do Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

CARLOS WAGNER BARBOSA GUIMARÃES

##### PORTARIA Nº 17, DE 14 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR DA REPÚBLICA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Dispensar o servidor JOSÉ LUÍS DE AGUIAR, Técnico Administrativo, matrícula 6846-2, TC. 201.00, Classe A, Padrão 04, do cargo de Secretário Administrativo, FC 02, do Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

CARLOS WAGNER BARBOSA GUIMARÃES

##### PORTARIA Nº 57, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR-CHEFE da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 441, de 25 de junho de 2002, publicada no DOU de 26 de junho de 2002, e Portaria PGR nº 480, de 12 de julho de 2002, publicada no DOU de 15 de julho de 2002, considerando a necessidade de serviço, resolve:

Designar a Procuradora da República MARIA VALESCA DE MESQUITA, lotada na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, officiar no período de 03 a 14 de maio de 2004, junto à Procuradoria da República no Município de Uruguaiana, no mesmo Estado, tendo em vista as férias do Procurador da República JÚLIO CARLOS SCHWONKE DE CASTRO JÚNIOR.

MARCELO VEIGA BECKHAUSEN

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria MPT-DG nº 72, de 31 de março de 2004, publicada no DOU nº 63/04, de 1º/04/2004, Seção 2, página 41, onde se lê: EZELY RODRIGUES CRESPO, leia-se: EVELY RODRIGUES CRESPO.

Na Portaria MPT-DG nº 76, de 31 de março de 2004, publicada no DOU nº 63/04, de 1º/04/2004, Seção 2, página 41, onde se lê: matrícula 6000151-8, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, leia-se: matrícula 6002375-9, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe B, padrão 08.

### PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 014 DE 14 DE ABRIL DE 2004

O Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I. Constituir COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, incumbida de promover todos os procedimentos licitatórios nas diversas modalidades de licitação, em atendimento às necessidades da Procuradoria Regional do Trabalho 6ª Região pelo período de um ano, composta pelos seguintes membros:

JULLES RAMON MOURA TAVARES  
MARCÍLIO MARQUES DA SILVA  
ANA CRISTINA CAVALCANTI DE MELO  
ANA PAULA NEVES SOUTO MAIOR

II. A comissão será presidida pelo primeiro, o qual será substituído em seus impedimentos eventuais pelos demais membros, obedecida a ordem seqüencial.

III. Revogar a Portaria nº 059 de 10.09.2003.

IV. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
PORTARIA Nº 016 DE 14 DE ABRIL DE 2004

O Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei 10.520/02 e do Decreto nº 3.555/00, resolve:

I. Designar o Servidor EZEQUIEL JOSÉ DOS SANTOS para exercer a função de Pregoeiro na licitação destinada à aquisição de Material Consumo de informática para esta Regional.

II. Designar os Servidores abaixo para integrem a Equipe de Apoio:

a) CÍCERO EVERARDO MARTINS MACÊDO  
b) ERANDIR JOAQUIM DA SILVA  
c) MARCÍLIO MARQUES DA SILVA

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
PORTARIA Nº 017 DE 14 DE ABRIL DE 2004

O Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei 10.520/02 e do Decreto nº 3.555/00, resolve:

I. Designar o Servidor CARLOS ANTÔNIO FERREIRA CARVALHO para exercer a função de Pregoeiro na licitação destinada à aquisição de Material Consumo de Expediente para esta Regional.

II. Designar os Servidores abaixo para integrem a Equipe de Apoio:

a) ANA VALENTINA MEDEIROS DE ARAÚJO  
b) LÍDIA FERNANDES GUIMARÃES LEITE  
c) ADILSON CELSO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ORLANDO DE MELO GOULART  
CARProcurador-Chefe da PRT 6ª Região

CARLOS ANTÔNIO FERREIRA CARVALHO  
Secretário Regional da PRT 6ª Região

#### 7ª REGIÃO

##### PORTARIA Nº 53, DE 14 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-CHEFE EM EXERCÍCIO DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar os Procuradores do Trabalho abaixo relacionados para as sessões do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no período de 1º de maio a 30 de junho de 2004.

Período: 1º a 31 de maio de 2004

PROCURADORES	DIAS
Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque	4, 17 e 27
Cláudio Alcântara Meireles	3, 18 e 26
Francisca Helena Duarte Camelo	12, 20 e 31
Francisco Gérson Marques de Lima	5, 11 e 24
Ileana Neiva Mousinho	10 e 19
Nicodemos Fabrício Maia	6, 13 e 25

Período: 1 a 30 de junho de 2004

PROCURADORES	DIAS
Fernanda Maria Uchoa de Albuquerque	9 e 22
Cláudio Alcântara Meireles	14 e 24
Francisca Helena Duarte Camelo	8 e 23
Francisco Gérson Marques de Lima	3 e 21
Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto	2, 15 e 28
Ileana Neiva Mousinho	1, 16 e 30
Nicodemos Fabrício Maia	7, 17 e 29

ILEANA NEIVA MOUSINHO

##### PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-CHEFE EM EXERCÍCIO DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:



Nº 54 - Designar o Procurador do Trabalho CLÁUDIO ALCÂN-TARA MEIRELES para a sessão do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região a se realizar no dia 26 de abril de 2004, em substituição ao Procurador Regional do Trabalho FRANCISCO GERSON MARQUES DE LIMA.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 55 - Designar o Procurador do Trabalho NICODEMOS FABRÍCIO MAIA para a sessão do Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região a se realizar no dia 27 de abril de 2004, em substituição à Procuradora Regional do Trabalho FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE.  
Revogam-se as disposições em contrário.

ILEANA NEIVA MOUSINHO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### PORTARIA Nº 585, DE 12 DE ABRIL DE 2004

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/5/93, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.041438/04-85, resolve:

Autorizar a cessão do servidor ANTÔNIO CARLOS MACÃO, matrícula 898-2, Técnico de Informática - TC-202.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico deste Ministério Público, para exercer o Cargo de Coordenador na Secretaria Nacional de Justiça, código DAS 101.3, no Ministério da Justiça, com ônus para este Ministério Público, nos termos do art. 93, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e artigo 2º do Decreto nº 4.050/2001, pelo prazo de até 1 (um) ano.

JOSÉ EDUARDO SABO PAES

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

### PORTARIA Nº 104, DE 15 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Designar o Doutor ROBERTO COUTINHO, Subprocurador-Geral da Justiça Militar, para officiar na Sessão Extraordinária de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 16 de abril de 2004.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

## Tribunal de Contas da União

### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

#### ATO Nº 1, DE 12 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, de acordo com as atribuições que lhe confere o parágrafo 2º do art. 11 da Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964, e à vista dos documentos constantes do Processo TC-000.122/2004-6, reconhece à senhora NADIR DE OLIVEIRA LUZ, viúva do Ministro IVAN LUZ, falecido em 3 de janeiro de 2004, o direito à pensão do Montepio Civil, na importância de R\$ 9.885,30 (nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956, com a redação dada pela Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964, e Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964.

VALMIR CAMPELO

## SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

Nº 520 - Art. 1º É dispensada, a pedido, a Técnica de Controle Externo (Área Apoio Técnico e Administrativo) ALDA CÂNDIDA DE OLIVEIRA MENDES, Matrícula 2883-5, da função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3 exercida no Serviço de Acompanhamento Judicial, da Consultoria-Jurídica da Presidência deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

Nº 521 - Art. 1º É designado o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) LUIS CARLOS FERNANDO PEREIRA MONTEIRO BARRETO FONSECA, Matrícula 3847-4, para exercer, na Consultoria-Jurídica da Presidência deste Tribunal, a função de confiança de Chefe de Serviço, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DA TRINDADE

### PORTARIA Nº 523, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso XXXVI do artigo 1º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2003, resolve:

DESIGNAR o Analista de Controle Externo (Área Controle Externo) ROBERTO EIJI SAKAGUTI, Matrícula 2928-9, para exercer, na Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso/SEGECEX, a função de confiança de Assessor, Código FC-3, constante da Resolução-TCU nº 147, de 28 de dezembro de 2001.

ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DA TRINDADE

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 100, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/90 e considerando o disposto na alínea "d" do inciso IX do artigo 65 do Regulamento da Secretaria, bem como no inciso II do artigo 2º da Resolução STF nº 253/2003, resolve:

Designar a servidora YARA GONTIJO ARAÚJO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente IV, nível FC-04, do Gabinete do Ministro Marco Aurélio.

RODRIGO CURADO FLEURY

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### ATOS DE 16 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto no Ato nº 409, de 3 de novembro de 1999, e no art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 89 - TORNAR SEM EFEITO a nomeação de HELENISE RIBEIRO CALDEIRA BRANT, do Cargo em Comissão de Assessor "B", Código CJ-1, no Núcleo de Rádio e TV, da Coordenadoria de Comunicação Social, de que trata o Ato nº 81, de 5 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 6 subsequente, por não ter tomado posse no prazo legal.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 90 - NOMEAR REYNALDO ARCIRIO DE OLIVEIRA, para exercer, a partir da data de publicação deste Ato, o Cargo em Comissão de Coordenador "A", Código CJ-3, na Coordenadoria de Planejamento, da Secretaria do Tribunal, em vaga decorrente da Resolução nº 02, de 5 de abril de 2004.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

#### PORTARIA Nº 20, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 93, inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, resolve:

AUTORIZAR a cessão da servidora TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA, Analista Judiciária, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, para exercer cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-01, no Senado Federal, pelo prazo de um ano.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

### SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 214, DE 15 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124/MP, de 12 de junho de 2000,

alterado pelo Ato nº 49/MP, de 9 de abril de 2003, e considerando o que consta do Processo STJ nº 9/2004, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112/90, a nomeação para o cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "A", Padrão 1, da candidata LILIAN RODARTE FRANCO, de que trata a Portaria/DG nº 633, de 4 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 subsequente, por não ter tomado posse no prazo legal.

JOSÉ DION DE MELO TELES

### PORTARIA Nº 215, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tendo em vista a atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49, de 9 de abril de 2003 resolve:

I - DISPENSAR, nos termos do art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula S007298, Analista Judiciário, Área Judiciária, da Função Comissionada de Chefe da Seção de Informações, Código FC-6, que exerce na Divisão de Protocolo Judicial e Informações, da Subsecretaria de Protocolo Judicial, Informações Processuais e Baixa;

II - DESIGNA-LO, nos termos do art. 15, § 4º, do mesmo dispositivo, para exercer a Função Comissionada de Assistente IV, Código FC-4, no Gabinete do Senhor Ministro Humberto Gomes de Barros, em vaga decorrente da dispensa de Edson Durães de Velasco;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DION DE MELO TELES

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

#### ATOS DE 14 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. nº 2.362/2004-TRF, resolve:

Nº 498 - DECLARAR VAGO o cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "B", Padrão 07, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado pelo servidor RONAN FERNANDES TEIXEIRA, em decorrência da sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, VIII, da Lei nº 8.112/90, com efeitos a partir de 26/3/2004.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do P.A. nº 2.370/2004-TRF, resolve:

Nº 499 - EXONERAR, a pedido, a servidora SUELEN DOS SANTOS PAES, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 34 da Lei nº 8.112/90, a partir de 29/3/2004.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 500 - NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/90, c/c a Lei nº 9.421/96, a candidata KETLEN ANNE PONTES PINA, aprovada em Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em decorrência da exoneração de Suelen dos Santos Paes.

Nº 509 - NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei nº 8.112/90, c/c a Lei nº 9.421/96, a candidata MÁRCIA OLIVEIRA ALVES DA MOTA, aprovada em Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado de Goiás, em cargo criado pela Lei nº 10.772/2003.

Nº 510 - TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112/90, a nomeação do candidato JEFERSON GALVÃO DE MELO, feita pelo ATO/PRESI/630-319, de 08/3/2004, publicado no Diário Oficial da União de 12/3/2004, Seção II, para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados, Nível Superior, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, Subseção Judiciária de Tabatinga.

Nº 511 - TORNAR SEM EFEITO, nos termos do art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112/90, a nomeação da candidata MARIA ROSINETE DOS REIS SILVA, feita pelo ATO/PRESI/630-319, de 08/3/2004, publicado no Diário Oficial da União de 12/3/2004, Seção II, para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "A", Padrão 01, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Amazonas, Subseção Judiciária de Tabatinga.